A distribuição de argumentos nucleares em um discurso de sala de aula

Priscila Brasil Gonçalves Lacerda[1]
Juliana Emília Maia[2]

Resumo. Neste trabalho, apresentamos um estudo em que investigamos as tendências apontadas pela Estrutura Argumental Preferida (EAP) (DU BOIS, 2003) em um discurso de sala de aula proferido em português do Brasil para alunos de graduação em Ciências Biológicas. Para isso, classificamos, em alguns trechos da transcrição, os argumentos dos verbos quanto à sua forma e ao seu status informacional; tomando como base comparativa um estudo desenvolvido por Kumpf (no prelo), que também observou a aplicação das tendências da EAP em um discurso de sala de aula. Pudemos verificar que o nosso corpus de pesquisa apresenta uma baixa pressão informacional, apesar do expressivo número de formas nominais plenas, o que mostra que as tendências da EAP, em linhas gerais, cederam às especificidades da natureza didática do discurso de sala de aula.

Palavras-chave: Gramática. Discurso. Estrutura Argumental Preferida.

---

[1] Bolsista CNPq e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da UFMG.

[2] Especialista em Leitura e Produção de Textos pelo IEC (Instituto de Educação Continuada, PUC-MG.)

Introdução

Realizamos aqui uma breve análise de fragmentos de uma aula ministrada no curso de Graduação em Ciências Biológicas, na Universidade Federal de Minas Gerais. Analisamos a configuração estrutural das orações que constituem o discurso produzido nessa aula, respaldando-nos em um modelo teórico que, poderíamos dizer em linhas gerais, vislumbra os fenômenos lingüísticos considerando que há uma interdeterminação entre a configuração da estrutura lingüística e os fatores pragmático-discursivos que se inscrevem no funcionamento da língua.

Considerando especificidades que poderiam distinguir esse discurso de sala de aula, i.e., especificidades que poderiam caracterizar o funcionamento da língua nesse contexto, e tomando a oração como unidade formal de análise, pretendemos investigar em que medida o suposto propósito didático desse discurso, proferido em uma aula de um curso de graduação, delineia a configuração e a distribuição dos argumentos verbais, i.e., dos elementos que acompanham o verbo, nas orações que compõem o discurso do professor. Em outros termos, devemos analisar justamente em que medida a estrutura argumental que compõe a forma do discurso em questão é sensível a propósitos que admitimos carregar um discurso produzido nesse contexto de aula.

Nosso trabalho baseia-se em um estudo realizado por Kumpf (no prelo)[3], que analisa discursos produzidos também em aulas da área de biologia. A autora investiga a efetividade de uma tendência sintática denominada *Estrutura Argumental Preferida* (DU BOIS, 2003) e, de fato, chega a resultados que comprovam, sob alguns aspectos, essa tendência.

Ao realizar o seu trabalho, Kumpf constatou então que a organização dos argumentos nas orações é sensível a fatores que caracterizam o propósito do discurso em sala de aula. Nessa medida, o presente trabalho mostra-se relevante na medida em que tomamos aqui um discurso produzido em um contexto diverso, em alguns aspectos, daquele em que foram proferidos os discursos abordados por Kumpf. Investigamos uma aula de graduação, proferida em língua portuguesa; ao

[3] KUMPF, Lorraine E. *Genre and Preferred Argument Structure*: Sources of Argument Structure in Classroom Discourse. Este texto já foi publicado, porém, como somente tivemos acesso a uma versão anterior a publicação, colocamos a referência aqui tal como a possuímos.

passo que essa autora trabalha com aulas do ensino fundamental, i.e., de um outro nível de escolaridade, proferidas em língua inglesa. Desse modo, seguimos o modelo do trabalho de Kumpf, aplicando e investigando a sensibilidade de um padrão sintático à especificidade do discurso de sala de aula. Porém, procuramos contribuir com o seu trabalho investigando um discurso produzido em um contexto diverso, i.e., investigando um discurso que conte com variáveis pragmáticas distintas daquelas que circundam os discursos abordados por Kumpf. Variáveis essas que são distintas em função, sobretudo, da diferença de nível de escolaridade em que se encontram os alunos.

Então, uma vez que a presente análise também se realiza sob a perspectiva da Estrutura Argumental Preferida, veremos, inicialmente, o que é, em que se fundamenta, e quais são precisamente as tendências apontadas por essa perspectiva. Em seguida, apresentamos nossos procedimentos metodológicos. Posteriormente, realizamos uma breve análise da estrutura argumental do discurso que constitui o nosso corpus, fazendo uma comparação com os resultados encontrados por Kumpf.

A Estrutura Argumental Preferida

A Estrutura Argumental Preferida (EAP, doravante), uma tendência que se investe na configuração e na distribuição dos elementos que, juntamente com o verbo, compõem as orações, é a perspectiva a partir da qual norteamos a nossa análise. Tendo em vista que a EAP é reconhecida no escopo de um modelo teórico que poderíamos denominar *Discurso e Gramática* (DU BOIS, 2003), antes faremos aqui um breve esboço desse modelo.

Em contraste com concepções formalistas que, em linhas gerais, tomam estritamente a forma lingüística como objeto de estudo, isolam-na de uma produção discursiva e declaram a sua autonomia, ainda que seja apenas para fins analíticos, o modelo Discurso e Gramática vislumbra a forma em uma certa relação de interdeterminação com a função pragmática a que ela serve. Nesse sentido, para se explicar a forma, i.e., a gramática, e como ela se configura, faz-se necessário entender os parâmetros que a moldam, em outros termos, faz-se necessário compreender em que medida, por exemplo, os propósitos de um discurso, fatores de ordem pragmática, cognitiva ou social, i.e., certos fatores que circundam o uso

da língua, atuam na configuração da gramática. Estamos, portanto, lidando com uma concepção que postula a não-autonomia da sintaxe (GIVÓN, 1995)[4].

Considerando então que a forma responde à função a que ela se associa no âmbito de um evento discursivo, poderíamos supor que gramática e discurso descrevem uma relação não-arbitrária. Contudo, devemos lembrar que a intermotivação que há entre as dimensões formal e discursiva não dissipa a questão de se tratarem de dimensões diferentes (GIVÓN, 1995). E devido à independência que persiste entre essas dimensões, nós podemos dizer que a relação de interdeterminação, a mútua motivação, configura-se como uma tendência, e não como uma regra categórica (DU BOIS, 2003). Vale esclarecer que aqui estamos a todo tempo utilizando o termo 'discurso' no mesmo sentido que Du Bois (2003:52) o apresenta em sua definição, i.e., como "qualquer instância autêntica de uso da língua em todas as suas manifestações" (In: SARAIVA, 2005:126).

Tendo em vista, portanto, que esse modelo teórico pauta-se na referida interdeterminação entre discurso e gramática, ao abordar a sintaxe da língua, ele focaliza a língua em seu uso efetivo, tal como fazemos no presente estudo, pois é no uso que essa relação entre discurso e gramática se revela de fato. Ou seja, são as variáveis do uso que operam no que podemos chamar de "arquitetura gramatical" (Kumpf, no prelo).

Ainda no escopo do modelo Gramática e Discurso, lidamos com a noção de que a linguagem se configura como uma atividade sócio-cultural, aliada à noção de que a estrutura lingüística serve a funções cognitivas e comunicativas (GIVÓN, 1995). E é agregada a essas noções que vislumbramos a Estrutura Argumental Preferida (EAP).

Segundo Du Bois (2003; 1987 apud Kumpf, no prelo), a EAP revela uma tendência a determinada disposição dos recursos gramaticais disponíveis aos falantes na construção do discurso. Assim, tendo a sua disposição as posições de sujeito de oração intransitiva (S), por um lado, e de sujeito de

[4] Não tivemos acesso direto ao texto de Givón (1995). Valemo-nos de fragmentos selecionados, para fins didáticos, pela Profa. Dra. Maria Elizabeth Fonseca Saraiva (UFMG) ao ministrar a disciplina *Seminário de Tópico Variável em Gramática Funcional: O Modelo "Discurso e Gramática"* pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos/ FALE/UFMG.

oração transitiva (A) e de objeto direto (O), por outro, além de outras menos nucleares, o falante gerencia a distribuição da informação que está sendo veiculada em cada oração. Ou seja, gerenciando a configuração das informações na arquitetura gramatical, o falante gerencia o fluxo de informação no discurso de modo a favorecer o processamento cognitivo.

Du Bois caracteriza a Estrutura Argumental Preferida reconhecendo tendências ou restrições de natureza lingüística que se articulam a motivações de natureza pragmática. Uma tendência é a de "um argumento lexical", a qual sugere que as orações tendem a comportar apenas um sintagma nominal pleno, não obstante haja, por vezes, mais de uma posição disponível para ser ocupada. Essa restrição apresenta-se congruente com a restrição de "apenas um argumento novo", que sugere que o falante tende a alocar em cada sentença no máximo um lance de informação nova, favorecendo o processamento cognitivo da informação (Kumpf, no prelo).

Outra tendência é de "a posição A (de sujeito de oração transitiva) ser preenchida por um argumento não-lexical", ficando os argumentos lexicais para as posições S e O, de sujeito de oração intransitiva e de objeto direto, respectivamente. A contraparte pragmática dessa restrição encontra-se na tendência de se colocar "informação dada na posição A", deixando as informações novas para serem alocadas em S e O. Informações dadas correspondem a conceitos já ativados na consciência dos falantes e por isso podem ser retomadas por pronomes ou elipses; ao passo que informações novas são aquelas que estão sendo ativadas pela primeira vez e, portanto, é mais propício que elas sejam apresentadas por argumentos lexicais.

Enfim, realizamos a nossa análise a partir dessas tendências que caracterizam a EAP, investigando a distribuição formal dos argumentos e as implicações pragmático-cognitivas dessa distribuição. Na próxima seção, descrevemos o nosso corpus de análise e apresentamos os procedimentos metodológicos que realizamos para empreendermos a nossa investigação.

Procedimentos metodológicos

No presente trabalho, contamos com um corpus constituído por uma amostra de oitenta [80] minutos de uma

aula de Limnologia[5], oferecida pelo Departamento de Biologia Geral do Instituto de Ciências Biológicas, na Universidade Federal de Minas Gerais. Trata-se de uma disciplina obrigatória para os alunos que optam por obterem, ao fim do curso de Ciências Biológicas, um diploma no Bacharelado em Ecologia; o que nos faz supor que a turma é composta, em sua maioria, por alunos que se encontram no final da graduação. Houve, durante a aula, algumas intervenções de alunos, mas ela se concentrou na fala do professor, que utilizou recursos como quadro negro, imagens e esquemas apresentados com o auxílio de um aparelho de *data-show*.

Realizada a gravação da aula, foi feita a transcrição gráfica do arquivo de acordo com os critérios do projeto NURC/SP (1986) que estão apresentados no QUADRO 1 abaixo.

QUADRO 1

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO	
Ocorrências	**Sinais**
Incompreensão de palavras ou segmentos	( )
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou do timbre)	/
Entoação enfática	MAIÚSCULAS
Alongamento de vogal ou consoante	:: ou ::::
Silabação	-
Interrogação	?
Qualquer pausa	...
Comentários descritivos da transcritora	((minúsculas))
Comentários que quebram a seqüência temática; desvio temático.	- - - -
Sobreposição, simultaneidade de vozes	[ligando as linhas
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto	(...)
Citações literais, reproduções de discurso direto ou leitura de textos, durante a gravação	

FONTE: Castilho & Pretti (orgs.), 1986: 9-10 (apud Da Matta, 2005: 67).

[5] Limnologia: ramo da ecologia que estuda os *habitats* e os ecossistemas de água doce. (Verbete *Limnologia* do MINIAURÉLIO SÉCULO XXI ESCOLAR, 4 ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001)

A transcrição foi segmentada em unidades semântico-entoacionais (USEs, doravante). Da Matta (2005:68) articulou as noções de unidade entoacional e "unidade informacional" para delimitar o que seriam as USEs. Segundo Du Bois (2003 apud Da Matta, 2005), "uma unidade entoacional é um trecho de fala que ocorre em um único e coerente contorno entoacional, é uma unidade de processamento cognitivo e de interação social por excelência"; ao passo que uma unidade informacional pode ser vista "como expressão de toda a informação que pode ser manipulada pelo falante num único foco de '*consciousness*'" (CHAFE, 1980 apud DA MATTA, 2005). Podemos admitir então que as USEs são, em última instância, unidades discursivas. Mas, não obstante a transcrição tenha sido dividida em USEs, a nossa unidade de análise é a oração, visto que investigamos neste trabalho a procedência da EAP, uma tendência que se inscreve sobre orações.

Trabalhamos aqui com os vinte e cinco [25] minutos iniciais e os vinte e cinco [25] minutos finais de uma aula que teve a duração de oitenta [80] minutos ao todo. Com a parcela inicial da aula procedemos da seguinte forma: dividimos os vinte cinco [25] minutos em três partes e selecionamos os dois [2] minutos iniciais de cada parte, a fim de que pudéssemos concentrar a nossa análise nesses fragmentos, que totalizaram aproximadamente seis [6] minutos. Fizemos o mesmo procedimento com os vinte cinco [25] minutos finais da aula. Dessa última parcela, porém, selecionamos os dois minutos finais de cada uma das três partes em que ela foi dividida.

Vale dizer que essa divisão, bem como a seleção dos minutos iniciais ou finais de cada parte, procurou angariar, respectivamente, fragmentos representativos dos primeiros vinte e cinco [25] minutos de aula e dos últimos vinte cinco [25] minutos de aula. Tomando o início e o desfecho, buscamos mapear como a distribuição dos argumentos foi realizada precisamente nos momentos da aula em que o conteúdo central esta sendo, em tese, apresentado e concluído.

Após destacados os dois [2] minutos iniciais ou finais de cada parte, categorizamos os argumentos das orações que compõem as partes, segundo os seguintes quesitos: papel sintático que exercem, sua forma e seu status informacional. Criamos siglas que pudessem identificar essas categorias e as colocamos, entre parênteses angulares (< >), ao lado dos

argumentos a que se referiam. Esses argumentos foram sublinhados para que pudéssemos reconhecê-los com mais facilidade.

Vejamos o Quadro 2, em que estão expostas as categorias que compõem os quesitos que consideramos na descrição dos argumentos, bem como a siglas que as representam na marcação; e, logo em seguida, observemos em (1) um exemplo de como foram marcadas essas categorias.

QUADRO 2

Categorização dos Argumentos

Quesitos	Categorias	Siglas
Papel sintático	Sujeito	sj.
	Objeto direto	od.
	Obliquo	obl.
Forma	Sintagma nominal pleno	sn.
	Pronome	pron.
	Sintagma nominal oracional	orac.
	Elipse	Φ
Status informacional	Informação dada	dd.
	Informação acessível	acs.
	Informação nova	nv.

(1) Então a gente **<sj.pron.dd.>** vai vê fungos, filodendros, macrófitas **<od.dv.sn.nv>**...

Reparemos que os quesitos foram colocados dentro dos parênteses angulares nesta ordem: <papel sintático **.** forma **.** status informacional>.

Devemos ressaltar que as categorias sujeito de oração infinita (S) e sujeito de oração finita (A) não receberam, cada qual, marcação diversa no corpus. Contudo, como poderá ser percebido na análise dos dados, ao contabilizarmos as ocorrências, tomamos o cuidado de diferenciá-los.

Os argumentos que se incluem na categoria dos oblíquos, que comporta objetos indiretos e adjuntos, também foram classificados como argumentos nucleares porque, em nosso ponto de vista, apresentam-se tão relevantes semanticamente quanto os demais argumentos nucleares. Podemos observar essa questão no exemplo (2) abaixo, em que as expressões "num período de tempo, numa área e [em] num volume",

alocadas na posição de oblíquo, parecem veicular a informação central da oração.

(2) Quan[d]o da produção mudou, num período de tempo, numa área e [em] num volume <**obl.sn.nv.**>.

No que diz respeito ao status informacional, os argumentos classificados como dados foram aqueles cuja referência ou conceito já haviam sido ativados no discurso; e os classificados como novos foram aqueles que estavam sendo ativados, i.e., cuja referência ou conceito estava sendo introduzido pela primeira vez no discurso.

Para classificarmos os argumentos como acessíveis, seguimos a metodologia de Kumpf (no prelo). Assim, um pouco mais fluida, a categoria de acessível foi conferida aos argumentos cuja referência ou conceito já haviam sido sugeridos no discurso, mas estavam antes em segundo plano em relação a outros referentes e conceitos. Argumentos cujos referentes faziam parte da situação discursiva, mas ainda não tinham sido verbalizados, também foram considerados acessíveis.

Como dissemos anteriormente, baseamos o nosso trabalho em um estudo realizado por Kumpf (no prelo), em que ela investiga as tendências da Estrutura Argumental Preferida, vislumbrado as especificidades de discursos produzidos em sala de aula. Assim, procuramos comparar os resultados encontrados por Kumpf, que analisou discursos que constituem aulas para o que, no Brasil, corresponderia ao Ensino Fundamental, com os resultados encontrados em nosso discurso de análise, que constitui uma aula ministrada para alunos que estão finalizando um curso de graduação em Ciências Biológicas. Portanto, na seção seguinte, apresentamos e discutimos os dados que encontramos em nosso corpus. Além disso, para que possamos fazer a referida comparação, retomamos esporádica e brevemente os resultados encontrados por Kumpf.

Apresentação e análise de dados

Verificaremos então, separadamente, cada uma das tendências apontadas por Du Bois (2003) no escopo da EAP. Lembramos, porém, em acordo com a perspectiva Gramática e Discurso, que essas tendências estão inter-relacionadas.

Apresentamos os dados em tabelas que mostram de maneira separada a quantificação da parte inicial e da parte final do discurso para que possamos explorar as semelhanças

e contrastes que há entre esses dois momentos da aula. Quando nos interessa discutir os dados em sua globalidade, naturalmente, apresentamos no texto as quantidades e percentagens totais, esclarecendo devidamente que estamos considerando a totalidade dos dados, i.e., aglutinando as partes inicial e final do discurso.

• Tendência a haver, no máximo, um argumento lexical por oração

Nos fragmentos selecionados, encontramos um total de oitenta e seis [86] orações representando a parte inicial da aula, e cento e quatro [104] orações sendo amostra da parte final da aula. Considerando a soma total das orações que compõem os fragmentos ilustrativos dessas duas partes, podemos ver que apenas duas [2] orações possuem três argumentos lexicais e trinta e uma [31] apresentam dois argumentos lexicais, ou seja, trinta e três [33] orações violam, em princípio, a restrição da EAP de haver, no máximo, um argumento lexical por oração. Em contrapartida, um total de cento e treze [113] orações apresenta, de fato, apenas um argumento lexical, i.e., somente um argumento em forma plena, e quarenta e quatro [44] orações não têm sequer um argumento lexical. Vejamos, separadamente, essas quantificações e as suas respectivas representações percentuais na TABELA 1 abaixo, que nos permite visualizar quão uniformes, em termos de distribuição de argumentos lexicais, estão as partes inicial e final do discurso.

TABELA 1

Argumentos Lexicais por Oração

Orações	***Parte inicial***		***Parte final***	
	Quantidade	**Percentagem**	**Quantidade**	**Percentagem**
Com nenhum argumento lexical	20	23,3%	24	23,1%
Com 1 argumento lexical	51	59,3%	62	59,6%
Com 2 argumentos lexicais	13	15,1%	18	17,3%
Com 3 argumentos lexicais	2	2,3%	0	0,0%
Total	86	100%	104	100%

Podemos observar que cento e cinqüenta e sete [157] orações, o que corresponde a 82,6% do total de orações analisadas, seguem a tendência apontada pela EAP de comportar, no máximo, um argumento lexical. Esse resultado assemelha-se àquele encontrado por Kumpf.

Uma parcela do discurso que poderíamos reconhecer como responsável pelo número significativo de argumentos não-lexicais, sobretudo, pelo número significativo de argumentos não-lexicais na posição A, que comentaremos adiante, é a parcela que corresponde às falas que poderíamos chamar de organizadoras. Ou seja, no discurso como um todo, além de falas científicas, destinadas à explicação do conteúdo que está sendo ministrado, há também falas de caráter organizador. Essas últimas têm a função de situar os alunos quanto às etapas e os objetivos da aula. Vejamos em (3) e (4) trechos de fala organizadora.

(3) Ampliando isso
que eu quero que cês pensem nisso depois (...)

(4) Esta é a idéia desta aula .

Na medida em que são falas que versam sobre a disposição do conteúdo já ministrado e, portanto, passível de ser retomado por anáfora pronominal, ou proferem comandos aos alunos, que também podem ter sua referência indicada por pronome, as falas organizadoras mostram-se propícias a serem constituídas por orações carregadas de pronome, como pudemos ver em (3).

Vale dizer que, a presença desse tipo de fala não foi apreendida por Kumpf em seu corpus. Antes, ela reconhece, além das falas científicas, falas reguladoras, que têm a função de controlar a disciplina dos alunos. Isso, provavelmente, deve-se ao fato de as aulas observadas por essa autora serem ministradas para alunos que ainda não estão na fase adulta. Diferentemente, os alunos presentes na aula que estamos analisando, além de já se encontrarem na fase adulta, já estão em um processo de profissionalização, o que explica a ausência de problemas de disciplina e, conseqüentemente, explica a ausência de falas reguladoras e a presença de falas organizadoras.

Vejamos a tendência seguinte, com a qual a restrição de haver apenas um argumento lexical por oração se liga estreitamente.

- Tendência a haver "apenas um argumento novo" em cada oração

Investigamos em nosso corpus também a restrição que se refere à distribuição de informações novas no discurso. Essa restrição nos indica uma tendência a se alocar, no máximo, uma informação nova por oração, de forma que a pressão informacional mantenha-se baixa ou razoável em todo o discurso.

Em todo o nosso corpus, encontramos apenas cinco [5] orações que violariam essa tendência, apresentando duas informações novas. A grande maioria, cento e quatorze [114] orações, não contém qualquer informação nova, enquanto trinta e uma [38] orações apresentam somente um argumento contendo informação nova. Vejamos a TABELA 2

TABELA 2

Número de informações novas por oração

Orações	*Total (parte final e parte inicial)*	
	Quantidade	**Percentagem**
Com nenhuma informação nova	114	73%
Com apenas 1 informação nova	38	24%
Com 2 informações novas	5	3%
Total	157	100%

No que se refere à percentagem de orações que possuem uma baixa pressão informacional, o discurso analisado aqui apresenta uma certa correspondência com os discursos analisados por Kumpf. Porém, diferentemente do que ocorre no corpus estudado por essa autora, em que 89% das orações apresentavam nenhuma informação nova e apenas 11% apresentavam somente um argumento novo, em nossos dados foi encontrado uma discrepância bem menor, embora a correspondência seja a mesma.

Se Kumpf encontrou uma quantidade oito vezes maior de orações vazias de informação nova (89%) em relação a orações com uma informação nova (11%), nossos dados mostram que no discurso que analisamos há, aproximadamente, três vezes mais orações veiculando nenhuma informação nova (73%) do que orações com alguma informação nova (27%). Isso nos indica que, embora o discurso analisado aqui também apresente uma baixa pressão

informacional, ele mostrou-se menos redundante do que os discursos abordados por Kumpf.

Podemos supor que em nossos dados encontramos uma discrepância menor porque estamos lidando com um discurso que constituiu uma aula de um nível de escolaridade diverso daquelas estudadas por Kumpf, que trabalhou com aulas de Ensino Fundamental. Abordamos aqui uma aula cujos alunos estão finalizando um curso de graduação que foi direcionado, em certa medida, para o conteúdo que está sendo ministrado. Dessa forma, podemos admitir que se trata de alunos que já possuem um conhecimento prévio estabelecido, permitindo que o professor avance em quantidade com o conteúdo, sem comprometer o seu propósito didático.

Nós havíamos afirmado que a tendência de haver não mais do que um argumento novo por oração se articula com a tendência de não haver mais de um argumento lexical por oração. Afirmamos isso porque, como já foi reconhecido por teóricos que abordam a EAP, um argumento lexical indica o seu referente com mais precisão e, dessa forma, é mais apropriado para introduzir informações novas. Ilustremos isso com o exemplo abaixo, em que o referente "a superfície própria" é introduzido por um SN pleno e em seguida é retomado por formas pronominais.

(5) Porque **a superfície própria** é quase total.
Ela é tão pequenininha que com o meio **ela** (absorve) quase tudo.

Assim, a tendência de se alocar apenas uma informação nova por oração, a fim de favorecer o processamento cognitivo, acarreta uma tendência de se atualizar apenas um argumento com SN pleno, para que se evite a redundância, desnessária em determinados discursos.

Tendo isso vista, vejamos na TABELA 3 como a distribuição de informação nova ocorreu separadamente na parte inicial e na parte final da aula.

TABELA 3

Número de informações novas por oração

Orações	*Parte inicial*		*Parte final*	
	Quantidade	**Percentagem**	**Quantidade**	**Percentagem**
Com nenhuma informação nova	53	61,6%	61	86%
Com apenas 1informação nova	31	36,1%	7	10%
Com 2 informações novas	2	2,3%	3	4%
Total	86	100%	71	100%

Podemos perceber que, embora as partes inicial e final do discurso apresentem uniformidade em termos de distribuição de argumentos lexicais, essas partes não são igualmente uniformes no que diz respeito à distribuição de informações novas no discurso. Se na parte inicial do discurso a proporção não chega a ser de duas [2] orações com nenhuma informação nova para cada uma [1] oração com apenas uma informação, na parte final do discurso essa proporção ultrapassa a marca de oito [8] orações com nenhuma informação nova para cada uma [1] oração com apenas uma informação nova.

Essa diferença nos indica, obviamente, que a pressão informacional decresce ao final da aula e nos permite inferir que, no momento do desfecho, o professor privilegia a retomada de referentes ou a fixação de conteúdos relacionados a referentes já dados. Podemos dizer então que a parte final do discurso configura-se de modo mais redundante, pois, nesse momento da aula, temos uma percentagem de argumentos lexicais equivalente àquela encontrada na parte inicial do discurso, mas temos poucas informações novas sendo veiculadas. No exemplo (6) abaixo, extraído da parte final do discurso, ilustramos um caso em que um referente dado, "o rio Piracicaba", é reapresentado por um sintagma nominal pleno e, logo em seguida, é retomado lateralmente também por uma forma plena, "a bacia Piracicaba".

(6) o rio piracicaba <**sj.sn.dd**> é um rio extreMAMENte importante em Minas Gerais...

porque eh:: o principal parque siderúrgico de Minas Gerais... está na:: na:: bacia piracicaba .. ..<**obl.sn.dd**>

• Tendência à posição A (de sujeito de oração transitiva) ser preenchida por um argumento não-lexical

Foram encontradas ao todo cento e vinte nove [129] orações transitivas, i.e., orações que possuem argumento em posição A: setenta e quatro [74] na parte inicial e cinqüenta e cinco [55] na parte final. Na maioria dessas orações, em oitenta e duas [82] ocorrências, a posição de sujeito foi ocupada por um pronome. As demais formas distribuíram-se da seguinte maneira: vinte e seis [26] orações tiveram o seu argumento A preenchido por um SN pleno, ao passo que em dezoito [18] orações esse argumento estava na forma elíptica, e em apenas três [3] o argumento A apresentou-se na forma de um sintagma oracional.

O número expressivo de orações com argumento não-lexical em posição A confirma a tendência apresentada na EAP, que também foi comprovada no estudo de Kumpf. A confirmação dessa tendência pode ser explicitada nos fragmentos em que o professor, ao invés de apresentar o conceito diretamente, procura introduzi-lo com o auxílio de expressões tais como "a gente tem", "eu chamo", "eu tenho" e "você pode", como podemos ver nos exemplos (7) e (8). Desse modo, ele acaba ocupando uma das posições disponíveis na oração com uma forma pronominal.

(7) (...) **eu** não tenho a liberação dos... nutrientes

(8) **você** pode dizer que ele pode diminUIR.... o grau de trofia

O professor, na verdade, parece se valer dos pronomes pessoais "eu", "vocês" e "a gente" como um recurso de linguagem inclusivo. Ou seja, ao utilizar esses pronomes o professor instala uma cena em que ele ou os alunos estão presentes no processo que está sendo explicado, como mostram os exemplos acima. E a utilização desse recurso certamente também contribui para os números referentes à tendência de haver informação dada na posição A, que comentaremos a seguir.

Antes, porém, vejamos na TABELA 4 a representação percentual das formas dos argumentos A em cada uma das partes do texto.

TABELA 4

Formas dos Argumentos "A"

Formas	*Parte inicial*		*Parte final*	
	Quantidade	**Percentagem**	**Quantidade**	**Percentagem**
Sintagma oracional	3	4,0%	0	0%
Sintagma nominal pleno	14	18,9%	12	21,8%
Pronome	48	64,9%	34	61,8%
Elipse	9	12,2%	9	16,4
Total	74	100%	55	100%

Podemos observar que a proporção das formas dos argumentos em A se manteve, de maneira geral, nas partes inicial e final da aula.

- Tendência a haver "informação dada na posição A"

Ao observarmos o status informacional dos argumentos que estão na posição A, i.e., na posição de sujeito de verbos transitivos, encontramos, em um total de cento e vinte e seis [126] argumentos nessa posição, cento e oito [108] ocorrências de argumentos que veiculam informação dada, dezesseis [16] ocorrências de argumentos que veiculam informações consideradas acessíveis e somente dois [2] argumentos que veiculam informação nova em posição A. Observemos na TABELA 5 as percentagens equivalentes a esses números, distinguidas as partes da aula a que correspondem.

TABELA 5

Status informacional dos argumentos em posição "A"

Status informacional	*Parte inicial*		*Parte final*	
	Quantidade	**Percentagem**	**Quantidade**	**Percentagem**
Informação dada	57	79,2%	51	94,4%
Informação acessível	13	18%	3	5,6%
Informação nova	2	2,8%	0	0,0%
Total	72	100%	54	100%

Podemos explicar o alto índice de informação dada na posição A, tanto no início quanto no fim da aula, considerando dois pontos. Em primeiro lugar, essa restrição se fundamenta justamente no fato de o falante tender a estabelecer uma base com as informações já apresentadas, explorando as posições pré-verbais, para apresentar as informações novas nas posições pós-verbais (Cf. DUTRA, 1987). Sendo A uma posição canonicamente pré-verbal, naturalmente ela tende a abrigar informações dadas.

Um outro ponto a partir do qual podemos explicar o índice de quase 86% de argumentos veiculando informações dadas, somados quase 16% de argumentos veiculando informação acessível, na posição A, diz respeito ao fato de o discurso como um todo apresentar um baixo índice de informações novas. Nem mesmo as posições S e O que, segundo Du Bois (2003), tendem a receber informações novas apresentaram um índice destacado de argumentos com esse status informacional.

Vejamos as tabelas 6 e 7 abaixo, onde podemos observar o status informacional dos argumentos alocados em S e O, respectivamente.

TABELA 6

Status informacional dos argumentos em posição "S"

Status informacional	*Parte inicial*		*Parte final*	
	Quantidade	**Percentagem**	**Quantidade**	**Percentagem**
Informação dada	2	16,65%	23	79,3%
Informação acessível	8	66,7%	5	17,2%
Informação nova	2	16,65%	1	3,5%
Total	12	100%	29	100%

Podemos ver que S apresenta um elevado índice de informações acessíveis na parte inicial da aula, o que poderia ser explicado pela utilização de recursos visuais apresentando esquemas e imagens, ao quais o professor remete com freqüência. As informações novas e dadas, também na parte inicial, encontram-se equiparadas em um índice moderado. Já na parte final da aula, temos um índice bastante expressivo (79,3%) de informações dadas sendo veiculadas na posição S. Essa expressividade de informações dadas nessa posição, a

despeito da tendência favorável a S receber informações novas, mostra-nos, em certa medida, como se deu o gerenciamento da aula. O professor, ao final da aula, praticamente não se vale da posição S para apresentar referentes novos, já que só encontramos uma ocorrência de argumento novo nessa posição. Podemos inferir que ele a utiliza como posição de retomada de referentes já apresentados ao longo do discurso. Vejamos então como se dá essa distribuição na posição O.

TABELA 7

Status informacional dos argumentos em posição "O"

Status informacional	*Parte inicial*		*Parte final*	
	Quantidade	Percentagem	Quantidade	Percentagem
Informação dada	17	30,9%	29	59,2%
Informação acessível	18	32,7%	9	18,4%
Informação nova	20	36,4%	11	22,4%
Total	55	100%	49	100%

A posição O, por sua vez, possui um número equilibrado de argumentos dados, acessíveis e novos no discurso inicial da aula. Há apenas uma pequena superioridade, quase inexpressiva, poderíamos dizer, no número de argumentos novos. Já na parte final do discurso, o número de informações dadas em posição O torna-se bem mais expressivo, tal como pudemos observar na posição S. Esse fato também nos confirma a maneira como a aula é gerenciada em termos de pressão informacional, mostrando que o professor, não obstante ainda apresente informações novas ao final da aula, administra esse momento retomando o que já foi apresentado.

A baixa pressão informacional também se revelou no estudo de Kumpf, que explicou a presença majoritária de informações dadas em todas as posições nucleares, inclusive naquelas que são favoráveis ao recebimento de informações novas, como uma sensibilidade ao propósito do discurso de sala de aula. Discurso esse que se configuraria como redundante para favorecer o processamento cognitivo dos alunos.

Na medida em que contabilizamos os elementos oblíquos dentre os argumentos nucleares, pois eles se mostraram relevantes o bastante em algumas orações, investigamos também o status informacional desses argumentos. Vejamos a TABELA 8.

TABELA 8

Status informacional dos argumentos em posição de oblíquo

Status informacional	*Parte inicial*		*Parte final*	
	Quantidade	Percentagem	Quantidade	Percentagem
Informação dada	13	56,5%	15	42,9%
Informação acessível	4	17,4%	18	51,4%
Informação nova	6	26,1%	2	5,7%
Total	23	100%	35	100%

Na posição de oblíquo, houve grande expressividade de argumentos veiculando informação dada, correspondendo a 56,5% no início da aula e 42,9% no final da aula. Esse fato nos mostra que o padrão reconhecido nesse corpus não está circunscrito somente às posições tradicionalmente consideradas nucleares, manifestando-se também nos argumentos em posição de oblíquo.

Além de informações dadas, podemos ver que os oblíquos também veiculam informações acessíveis, sendo inclusive, na parcela final da aula, o status informacional mais expressivo dessa posição (51,4%). Em nossos dados podemos observar ainda que, os oblíquos abrigaram também informações novas, diferentemente do que ocorreu nos discursos analisados por Kumpf, em que os oblíquos não foram utilizados para veicular informações ainda não ativadas.

Finalmente, podemos afirmar então que, de forma geral, as posições disponíveis no quadro da oração não apresentam um número destacado de informações novas. Temos, no máximo, um equilíbrio entre os argumentos de O, na parte inicial da aula. Podemos ver que isso ocorre a despeito do expressivo número de argumentos em forma de sintagma nominal pleno nas posições S, da parte inicial da aula, e na

posição O, tanto no início quanto no fim da aula. Vejamos as tabelas 9 e 10 abaixo.

TABELA 9

Formas dos argumentos "S"

Formas	*Parte inicial*		*Parte final*	
	Quantidade	**Percentagem**	**Quantidade**	**Percentagem**
Sintagma oracional	12	22%	9	18,4%
Sintagma nominal pleno	27	49%	28	57,1%
Pronome	5	9%	5	10,2%
Elipse	11	20%	7	14,3%
Total	55	100%	49	100%

TABELA 10

Formas dos argumentos "O"

Formas	*Parte inicial*		*Parte final*	
	Quantidade	**Percentagem**	**Quantidade**	**Percentagem**
		0,0%	0	0,0%
		75%	8	27,6%
		25%	14	48,3%
		0,0%	7	24,1%
		100%	29	100%

Primeiramente, devemos sinalizar que os argumentos em posição S da parte final do discurso estão atualizados em 74,2% das ocorrências com formas atenuadas, i.e., pronomes (48, 3%) e elipses (24,1%). Tal fato mostra-se condizente com o status informacional dado da maioria dos argumentos que se encontram em posição S nessa parte do discurso.

Se na parte final do discurso o status informacional dado da maior parte dos argumentos em S apresenta-se coerente

com o expressivo número de formas atenuadas nessa posição, a mesma coerência não se verifica com os argumentos em S da parte inicial do discurso nem como os argumentos em O de ambas as partes do discurso. 75% dos argumentos em S presentes na parte inicial da aula estão em forma de sintagma nominal. E, na posição O, considerando as duas partes analisadas do discurso, 52,9% estão em formal de sintagma nominal enquanto 20,2% estão em forma de sintagma oracional, que também é uma forma plena. Esses índices mostram que o baixo ou moderado índice de informação nova nessas posições se dá a despeito de os seus argumentos serem lexicais. Portanto, podemos dizer que a expressividade das formas sintagmáticas em S e O alinha-se às tendências lingüísticas apontadas pela EAP, mas não às tendências pragmático-cognitivas, uma vez que se supõe que formas plenas são propícias a carregarem informação nova.

Kumpf também encontrou em seus dados tal discrepância e a justificou pela especificidade do discurso de sala de aula, o qual, como já mencionamos, se vale de muitas retomadas para facilitar o processamento das informações pelos alunos. Nesse ponto, aproximamo-nos dela, mas acreditamos que esse resultado está em confluência com o fato de o professor investir ênfase nessas posições. Vejamos o exemplo abaixo (a caixa alta indica a ênfase vocal).

(9) Mas o que eu meço é, na verdade, uma produtiviDADE primária.
(...) o que a gente Mede é TAxa.

Portanto, associamos o elevado número de formas plenas nas posições S e O com fato de o professor ter essas posições, que na maioria das vezes são atualizadas após o verbo, como lugares para estabelecer um foco de atenção por meio de gesto vocal de destaque. E, naturalmente, é necessária uma forma lexical como suporte para a ênfase, já que pronomes e elipses são essencialmente formas atenuadas.

Considerações finais

Ao realizarmos a nossa análise a partir das tendências apontadas pela Estrutura Argumental Preferida, trabalhamos sobre "a inter-relação discurso e gramática, ou seja, [sobre a noção de] que não há gramática sem discurso e não há discurso sem gramática" (DA MATTA, 2005:25). Em outros termos, podemos afirmar que trabalhamos sobre a premissa básica do

modelo Discurso e Gramática, valendo-nos de uma perspectiva, a da EAP, que se fundamenta nessa inter-relação.

Pudemos verificar que, em linhas gerais, as tendências da EAP mostraram-se procedentes em nosso corpus de análise. Porém, na medida em que as posições S e O não apresentam um índice expressivo de informações novas, a despeito de essas posições estarem disponíveis para receber argumentos com esse status informacional, podemos afirmar que as tendências da EAP cederam às especificidades da natureza do discurso de sala de aula. Discurso esse que se constrói, em princípio, em favor de um propósito didático e que, por isso, tem em sua constituição um movimento para manter uma baixa pressão informacional. E, a partir da mobilização das partes inicial e final do discurso, pudemos observar o gerenciamento das informações realizado pelo professor, que introduz moderadamente informações novas no início e conduz o momento de desfecho da aula retomando referentes e reconsiderando informações já apresentadas no discurso.

Além disso, os resultados desse trabalho nos sugerem que seja feita uma pesquisa de maior fôlego para verificar como se dá o gerenciamento de informações na posição de oblíquo, uma vez que essa posição mostrou-se produtiva na veiculação de argumentos de qualquer status informacional.

Abstract: *This study investigates the tendencies pointed by the Preferred Argument Structure (PAS) (DU BOIS, 2003), examining the relationship between genre and PAS in a classroom discourse spoken in Brazilian Portuguese to Biological Sciences undergraduates. In order to do so, noun phrases (NP) were classified in which refers to their form and informational status (I- form (zero, pronoun, full noun, clause), II- grammatical role (A, O, S, indirect object, predicate nominal, etc), and III- activation state (given, new, accessible) in some exerpts from the transcription). The analysis was based on a comparison with a study developed by Kumpf (yet unpublished) which has also observed the use of PAS tendencies in classroom discourse. Findings indicate that this research corpus presents a low informational pressure in spite of the significant amount of full noun phrases (NP), a fact that shows that DAS tendencies, as a rule, were subordinated to the specificities of the didactic nature of classroom discourse, and corroborates Kumpf´s*

findings about the role of genre in relation to PAS.

***Key words**: Grammar. Discourse. Preferred Argument Structure.*

Referências

DA MATTA, Beatriz Augusto (2005). *Ressonâncias léxico-estruturais no discurso conversacional em português*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG/FALE/ PosLin. (Inédita)

DU BOIS, John. Discourse and grammar. In: TOMASELLO, M. (ed.) *The new psychology of language* – cognitive and functional approaches to language structure. v. 2. London: Erlbaum, 2003.

DUTRA, Rosália (1987). The Hybrid S-Category in Brazilian Portuguese: Some Implications for Word Order. In: *Studies in Language*. v.11, n.1. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, p. 163-180.

KUMPF, Lorraine E. *Genre and Preferred Argument Structure*: Sources of Argument Structure in Classroom Discourse. Long Beach: California State University, no prelo. (mimeo)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio século XXI escolar*: o minidicionário da língua portuguesa. 4 ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001 (verbete <limnologia>).

SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca. Reexame da incorporação nominal em narrativas orais do português. In: SARAIVA, M. E. F.; MARINHO, J. H.C. (orgs.) *Estudos da língua em uso* – relações inter e intra-sentenciais. Belo Horizonte: Faculdade de Letras de UFMG, 2005.

BRANCA